

PREGÃO ELETRÔNICO BINACIONAL AF 0012-23
SUBASTA A LA BAJA ELECTRÓNICA BINACIONAL AF 0012-23

**CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO BINACIONAL
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO
DE CONSULTORIA EM IFRS - INTERNATIONAL
FINANCIAL REPORTING STANDARDS**

**CONTRATACIÓN DE UN CONSORCIO
BINACIONAL PARA PRESTACIÓN DE SERVICIO
DE CONSULTORÍA ESPECIALIZADA EN IFRS -
INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING
STANDARDS**

ADITAMENTO 3

ADITIVO 3

I) Em conformidade com o disposto no subitem 2.6.1 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão Eletrônico Binacional AF 0012-23, a ITAIPU responde perguntas realizadas por interessadas nesta licitação:

PERGUNTA 1.

O Anexo I Especificações técnicas, seção 5.1 Perfil da equipe de trabalho, último parágrafo menciona que “As empresas contratadas, para a realização dos serviços que lhes correspondam em qualquer um dos escritórios da ITAIPU, deverão empregar, principalmente, profissionais das respectivas nacionalidades, observando sempre a paridade qualitativa e quantitativa na formação dos grupos de trabalho”. Neste ponto, entendemos que os profissionais que participam do trabalho podem ser de qualquer nacionalidade, desde que pertençam à rede de firmas-membro do Escritório que é apresentada (Paraguai e Brasil), demonstrando o vínculo correspondente. Agradecemos a confirmação de que nosso entendimento está correto.

RESPOSTA

Os profissionais podem ser de qualquer nacionalidade, desde que estejam vinculados ao consórcio contratado, nos termos do inciso VI da Cláusula 7ª da Minuta do Contrato (ver item 2 deste Aditamento).

PERGUNTA 2.

Por outro lado, no CBC é mencionado no ponto “1.3.2 Será considerado habilitado o consórcio que apresente:”, seção III Integrante estabelecido no Paraguai isoladamente, alínea b) apresentar profissional nível sócio do trabalho, pertencente ao seu quadro próprio. A este respeito, entendemos o seguinte:

2.1) Quando nos referimos ao quadro, a

I) De conformidad a lo dispuesto en el sub ítem 2.6.1 del Pliego de Bases y Condiciones (PBC) de la Subasta a la Baja Electrónica Binacional AF 0012-23, la ITAIPU responde las preguntas realizadas por firmas interesadas en esta licitación:

PREGUNTA 1.

“En el anexo I Especificaciones técnicas, apartado 5.1 Perfil del equipo de trabajo, último párrafo menciona que “Las empresas contratadas para la realización de los servicios que les correspondan en cualquiera de las oficinas de ITAIPU, deberán contratar, principalmente, profesionales de las respectivas nacionalidades, observando siempre la paridad cualitativa y cuantitativa en la formación de los grupos de trabajo”. En este punto entendemos que los profesionales que participan del trabajo podrían ser de cualquier nacionalidad siempre que pertenezcan a la red de firmas miembro de la Firma que se presenta (Paraguay y Brasil), demostrando el vínculo correspondiente. Agradeceríamos la confirmación de que nuestro entendimiento es correcto.”

RESPUESTA

Los profesionales pueden ser de cualquier nacionalidad, desde que estén vinculados al consorcio contratado, en los términos del inciso VI de la Cláusula 7ª de la Minuta de Contrato (ver ítem 2 de este Aditivo).

PREGUNTA 2.

“Por otro lado, en el PBC se menciona en el punto “1.3.2 Será considerado habilitado el consorcio que presente”, apartado III Integrante establecida en el Paraguay Individualmente, punto b) presente un profesional socio de trabajo, que pertenezca al propio plantel. Al respecto, entendemos lo siguiente:

2.1) Cuando se refiere al plantel, la

interpretação é estendida aos sócios e profissionais que participam da equipe de trabalho e cuja relação com o escritório local está documentada em um acordo entre assinaturas entre as empresas que fazem parte da mesma rede de firmas-membro.

RESPOSTA

Para consorciada paraguaia:

Entendimento incorreto, a relação laboral deve atender aos requisitos e a documentação disposta na Nota 2 da letra b.2), inciso III, subitem 1.3.2 - INTEGRANTE ESTABELECIDO NO PARAGUAI ISOLADAMENTE do CBC.

Para os vínculos entre as consorciadas e os profissionais, favor se reportar as alterações promovidas na Clausula 7ª Minuta do Contrato - Anexo IV, item 2 deste Aditamento.

2.2) O sócio responsável pelo trabalho referido nesta seção é a mesma pessoa que foi considerada como consultor sênior no Anexo I das Especificações Técnicas, ponto 5 da equipe de trabalho? ou deve ser considerado um sócio adicional dos consultores mencionados nessa seção? Gostaríamos de receber a confirmação de que nosso entendimento está correto.

RESPOSTA

As atividades do profissional nível sócio do trabalho são diferentes do profissional sênior referenciado no item 5 das Especificações Técnicas, contudo, o mesmo profissional poderá desempenhar as duas funções.

PERGUNTA 3.

No Anexo I, no ponto 4.2 4.2 Diagnóstico da prática contábil atualmente adotada pela ITAIPU BINACIONAL em comparação às IFRS, seção Entregas da etapa 4.2.: menciona "Relatório comparativo (Estrutura) das demonstrações financeiras anuais atuais com demonstrações financeiras simuladas em total consonância com as IFRS." sobre este ponto entendemos que se refere a um modelo de demonstrações contábeis e divulgações sob IFRS considerando as normas que seriam aplicáveis à entidade e não a elaboração de demonstrações financeiras e notas. Agradecemos a confirmação de que nosso entendimento está correto.

RESPOSTA

Entendimento correto. Refere-se a um modelo de demonstrações financeiras e divulgações em IFRS

interpretación es extensiva a socios y profesionales que participen en el equipo de trabajo y cuya relación con la firma local esté documentada en un acuerdo entre firmas entre las empresas que forman parte de la misma red de firmas miembro.

RESPUESTA

Para consorciada paraguaya:

Entendimiento incorrecto, la relación laboral debe cumplir los requisitos y la documentación dispuesta en la Nota 2 de la letra b.2), ítem III, numeral 1.3.2 - Será considerado habilitado el consorcio que presente: INTEGRANTE ESTABLECIDA EN EL PARAGUAY INDIVIDUALMENTE-del PBC.

Para los vínculos entre los integrantes del consorcio y los profesionales, favor remitirse a las alteraciones realizadas en la Clausula 7ª de la Minuta del Contrato - Anexo IV, ítem 2 de este Aditivo.

2.2) El socio a cargo del trabajo al que hace referencia en esta sección es la misma persona que se consideró como consultor senior en el Anexo I de Especificaciones técnicas, punto 5 equipo de trabajo?; o debería considerarse un socio en adición a los consultores mencionados en dicha sección? Agradeceríamos la confirmación de que nuestro entendimiento sea correcto."

RESPUESTA

Las actividades del profesional nivel socio de trabajo son diferentes del profesional senior referenciado en el ítem 5 de las Especificaciones Técnicas, sin embargo, el mismo profesional puede desempeñar ambas funciones.

PREGUNTA 3.

"En el Anexo I, en el punto 4.2 Diagnóstico de la práctica contable adoptada por la ITAIPU BINACIONAL en comparación con las normas IFRS, apartado Entregas de la etapa 4.2.: menciona "Informe comparativo (Estructura) de estados financieros anuales vigentes con estados financieros simulados en pleno cumplimiento de las IFRS" sobre este punto entendemos que se refiere a un modelo de estados financieros y revelaciones bajo IFRS considerando las normas que serían aplicables a la entidad y no la elaboración de los Estados financieros y notas. Agradeceríamos la confirmación de que nuestro entendimiento es correcto."

RESPUESTA

Entendimiento correcto. Se refiere a un modelo de estados financieros y revelaciones bajo IFRS

considerando as normas que seriam aplicáveis à entidade (check list), sem números ou valores. Não implica a preparação de demonstrações contábeis.

PERGUNTA 4.

No CBC ponto 1.3 Principais requisitos de participação e habilitação, seção 1.3.1.4 é indicado que "O consórcio binacional que resulte vencedor deverá promover, antes da celebração do contrato, a constituição legal do consórcio, nos termos do compromisso oferecido na fase de habilitação.". Nesse ponto, entendemos que o consórcio que seria formado com a assinatura de um contrato privado das Empresas Paraguai e Brasileira para prestar o serviço à entidade binacional nos termos do edital, sem a necessidade de que tal acordo fosse registrado nos registros públicos. Tal implica a redução de custos significativos que aumentariam o valor dos serviços a prestar (custos principalmente ligados ao registro, administração e cancelamento do consórcio, bem como considerações fiscais)

Considerando que além da Minuta do Contrato do Anexo IV, no capítulo VIII Preços é indicado que "§1º Os preços serão convertidos 50% (cinquenta por cento) para Real e 50% (cinquenta por cento) para Guarani" entendemos que a Empresa de cada país (Paraguai e Brasil) deverá faturar a Itaipu Binacional diretamente, nas margens e desta forma o faturamento não deve ser pelo líder do consórcio.

Com base no exposto, puderam confirmar se o contrato privado entre as empresas é considerado válido para fins de assinatura do contrato com a Itaipu e faturamento correspondente.

RESPOSTA

Não será necessário o registro na Junta Comercial. Porém, a constituição legal do consórcio deve levar em conta todo o conteúdo exigido no CBC.

Com relação ao faturamento, está correto o entendimento de que a empresa de cada país (Paraguai e Brasil) deverá faturar diretamente a Itaipu Binacional, nas respectivas margens.

PERGUNTA 5.

No anexo I das Especificações Técnicas, o ponto 5 da equipe de trabalho menciona a experiência dos consultores, a saber:

- Consultor Sênior: Atuação superior a 5 anos em atividades de consultoria em IFRS;

considerando las normas que serían aplicables a la entidad (check list), sin números o valores. No implica la elaboración de estados financieros.

PREGUNTA 4.

"En el PBC Subasta Electrónica punto 1.3 Principales requisitos para la participación y habilitación, apartado 1.3.1.4 se indica que "El consorcio binacional que resulte vencedor deberá promover, antes de la celebración del contrato, la constitución legal del consorcio, en los términos del compromiso acordado en la fase de habilitación". Sobre este punto entendemos que el consorcio quedaría conformado con la firma de un acuerdo privado de las Firmas Paraguay y Brasileira de prestar el servicio a la entidad binacional en los términos del llamado, sin necesidad de que dicho acuerdo se inscriba en los registros públicos. Lo cual implica la reducción en costos significativos que incrementaría el valor de los servicios a prestar (costos principalmente vinculados con la inscripción, administración y baja del consorcio, así como las consideraciones fiscales)

Considerando adicionalmente que en el Anexo IV Minuta de Contrato, capítulo VIII Precios se indica que "§ 1º Los precios serán convertidos 50% (cinquenta por ciento) para Real y 50% (cinquenta por ciento) para Guarani" entendemos que la Firma de cada país (Paraguay y Brasil) debería facturar directamente a la Itaipu Binacional, en las respectivas márgenes y de esta forma la facturación no debería ser realizada por el líder del consorcio.

Con base en lo expuesto, podrían confirmar si el contrato privado entre las firmas se considera válido a los efectos de la firma del contrato con Itaipú y facturación correspondiente."

RESPUESTA

No será necesario el registro en la Junta Comercial. Sin embargo, la constitución legal del consorcio debe llevar en cuenta todo el contenido exigido en el PBC.

En relación a la facturación, es correcto el entender de que la empresa de cada país (Paraguay y Brasil) deberá facturar directamente a Itaipu Binacional, en las respectivas márgenes.

PREGUNTA 5.

"En el Anexo I de Especificaciones técnicas, punto 5 equipo de trabajo, hace mención a la experiencia de los consultores, a saber:

- Consultor Senior: Más de 5 años de experiencia en actividades de consultoría en IFRS;

- Consultor: Experiência profissional em atividades contábeis, tal como auditoria, perícia, consultoria, voltada à IFRS.

Poderiam confirmar que essas experiências podem ser respaldadas por certificados de trabalho emitidos pelo respectivo empregador?

Além dos Certificados de participação em cursos relacionados às IFRS, pôde ser endossado com nota do departamento de treinamento da empresa de auditoria, considerando que os treinamentos e cursos foram realizados no âmbito do programa de treinamento IFRS implementado pelas empresas de auditoria.

RESPOSTA

Entendimento correto.

PERGUNTA 6.

No Anexo I das Especificações Técnicas, ponto 6 em que é mencionado o prazo de execução da obra, de um total de 6 meses, trata-se antes de um prazo para apresentação de entregas e desenvolvimento da obra pelos consultores, mas não implicaria uma dedicação e disponibilidade permanente desses consultores. Gostaríamos de confirmar que nosso entendimento está correto.

RESPOSTA

Entendimento correto. Trata-se do prazo de execução e não implica em disponibilização permanente.

PERGUNTA 7.

No mesmo anexo I, na seção 5.1 Perfil da equipe de trabalho, poderia esclarecer o que se referem quando menciona consultores plenos?

RESPOSTA

Refere-se a consultores com experiência profissional em atividades contábeis, como auditoria, perícia, consultoria, com foco em IFRS e certificados de participação em cursos relacionados a IFRS, conforme item 5 das Especificações Técnicas.

PERGUNTA 8.

“No “CADERNO DE BASES E CONDIÇÕES”, no item 1.2.3 d), apresentar atestado ou certificado de desempenho, emitido por pessoa jurídica, comprovando que a proponente executou pelo menos

- Consultor: Experiencia profesional en actividades contables, tales como auditoría, peritaje, consultoría, con enfoque en IFRS

¿Nos podrían confirmar que estas experiencias se podrían respaldar con certificados de trabajo emitidos por el empleador respectivo?

Así también como los Certificados de participación en cursos relacionados con las IFRS, podría ser avalado con una nota del departamento de capacitación de la empresa auditora, considerando que las capacitaciones y cursos fueron realizados bajo el programa de capacitación en IFRS implementados por las firmas auditoras”

RESPUESTA

Entendimiento correcto.

PREGUNTA 6.

“En el Anexo I de Especificaciones técnicas, punto 6 en el que se menciona el plazo de ejecución del trabajo, de un total de 6 meses, esto se refiere más bien a un plazo de presentación de entregables y desarrollo del trabajo por parte de los consultores, pero no implicaría una dedicación y disponibilidad permanente de tales consultores. Agradeceríamos confirmar que nuestro entendimiento es correcto.”

RESPUESTA

Entendimiento correcto, se trata de un plazo de ejecución y presentación de informes, y no implica la disponibilidad permanente de los consultores.

PREGUNTA 7.

“En el mismo Anexo I, en la sección 5.1 Perfil del equipo de trabajo, ¿podrían aclarar a que se refieren cuando mencionan consultores plenos?”

RESPUESTA

Se refiere a consultores con experiencia profesional en actividades contables, tales como auditoría, peritaje, consultoría, con enfoque en IFRS y Certificados de participación en cursos relacionados con las IFRS, conforme punto 5 de las especificaciones técnicas.

PREGUNTA 8.

En el “PLIEGO DE BASES Y CONDICIONES”, en el ítem 1.2.3 d), presentar constancia o certificado de desempeño, emitido por persona jurídica, comprobando que el oferente ejecuto por lo

um dos seguintes serviços: d.1) Diagnóstico de práticas contábeis no padrão IFRS; ou d.2) Identificação do nível de aderência das Demonstrações Contábeis em padrão IFRS.

Entendemos que a identificação do nível de aderência das Demonstrações Contábeis em padrão IFRS é o mesmo que realizar a Leitura das demonstrações financeiras visando prover comentários e sugestões de melhoria com relação às melhores práticas de divulgação de acordo com as normas internacionais de Contabilidade - IFRS, assim como consistência das diversas informações e referências. Nosso entendimento está correto?"

RESPOSTA

Entendimento correto.

PERGUNTA 9.

"No Item 2 b.1) - apresentar profissional sócio do trabalho, pertencente ao seu quadro próprio com: b.1) atestado ou certificado de desempenho, emitido por pessoa jurídica, comprovando a execução: i) como responsável pelos serviços de auditoria de Demonstrações Contábeis e atuado em serviços de consultoria em IFRS; ou ii) como responsável pelos serviços de consultoria em IFRS.

Entendemos que serviços de consultoria em IFRS são quando as metodologias utilizadas na consultoria foram as normas de contabilidade em IFRS. Nosso entendimento está correto?"

RESPOSTA

Entendimento correto.

PERGUNTA 10.

"No "Anexo 1" "ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS", item 4.3 Proposta de estratégias e procedimentos visando adequação às IFRS.

Em relação a "Entregas da etapa 4.3". "Relatório contendo comentários e sugestões para a adequação das demonstrações contábeis da ITAIPU às IFRS, descrevendo os planos de ação necessários para o seu pleno cumprimento. Relatório contendo os aspectos fundamentais a serem incorporados aos demonstrativos e notas explicativas, bem como as divulgações necessárias para sua adequação às IFRS. Roteiro para adequação plena das demonstrações contábeis de ITAIPU às IFRS, priorizando ações imediatas sob gestão da área contábil e diferenciando aquelas que dependem da Alta Administração e/ou modificação do marco

menos uno de los siguientes servicios: d.1) Diagnóstico de prácticas contables en el padrón IFRS; o d.2) Identificación del nivel de adherencia de las Demonstraciones Contables en padrón IFRS.

Entendemos que la identificación del nivel de adherencia de las Demonstraciones Contables en padrón IFRS es lo mismo que realizar la Lectura de las demostraciones financieras visando proveer comentarios y sugerencias de mejora con relación a las mejores prácticas de divulgación de acuerdo con las normas internacionales de Contabilidad - IFRS, así como consistencia de las diversas informaciones y referencias. Nuestro entendimiento está correcto?

RESPUESTA

Entendimiento correcto.

PREGUNTA 9.

En el ítem 2 b.1) - presentar profesional socio de trabajo, perteneciente a su plantel propio con: b.1) constancia o certificado de desempeño, emitido por persona jurídica, comprobando la ejecución i) como responsable por los servicios de auditoria de Demonstraciones Contables y actuado en servicios de consultoría en IFRS; o ii) como responsable por los servicios de consultoría en IFRS.

Entendemos que servicios de consultoría en IFRS son cuando las metodologías utilizadas en la consultoría sean las normas de contabilidad en IFRS. Nuestro entendimiento está correcto?

RESPUESTA

Entendimiento correcto.

PREGUNTA 10.

En el "Anexo 1" "ESPECIFICACIONES TÉCNICAS", ítem 4.3 Propuesta de estrategias y procedimientos visando adecuación a las IFRS.

En relación a "Entregas de la etapa 4.3". "Informe con comentarios y sugerencias para la adecuación de los estados financieros de ITAIPU a las IFRS, desarrollando los planes de acción necesarios para el total cumplimiento. Informe que contenga los aspectos fundamentales a incorporar a los estados financieros y notas explicativas, así como las revelaciones necesarias para su adecuación a las IFRS. Hoja de ruta para adecuación plena de IFRS a los estados financieros de ITAIPU, priorizando las acciones inmediatas bajo gestión del área contable y diferenciando aquellas que dependen

regulatório de ITAIPU.

É correto afirmar que devemos entregar 1 (um) relatório contendo, as atividades acima descritas?”

RESPOSTA

Entendimento correto.

PERGUNTA 11.

“No “Anexo 1” “ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS”, item “4.2 Diagnóstico da prática contábil atualmente adotada pela ITAIPU BINACIONAL” em comparação às IFRS. Sobre o item “Analisar as disposições do Tratado de Itaipu, seus demais atos oficiais e normas internas que afetem a informação contábil e apontar o seu impacto na adoção plena às IFRS”.

É correto afirmar que o impacto da adoção ao IFRS, não inclui detalhar ou quantificar os efeitos contábeis que deverão ser implementados por ITAIPU.”

RESPOSTA

Entendimento correto. O trabalho não inclui quantificar em números e sim detalhar o nível de esforço ou as etapas necessárias para sua implementação.

PERGUNTA 12.

“No “Anexo 1” “ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS”, item “4.2 Diagnóstico da prática contábil atualmente adotada pela ITAIPU BINACIONAL” em comparação às IFRS. Sobre o item “Analisar as particularidades da ITAIPU e identificar quais não se adequam às IFRS”

É correto afirmar que as particularidades da ITAIPU, encontram-se previamente identificadas por ITAIPU e serão disponibilizadas para análise?”

RESPOSTA

Entendimento correto.

PERGUNTA 13.

“Considerando o “Anexo I”, em conformidade com o “item 4.2 Diagnóstico da prática contábil atualmente adotada pela ITAIPU”.

É correto afirmar que identificar as divergências e correlacionar com a norma correspondente, não compreende a quantificação dos efeitos contábeis que deverão ser implementados pela ITAIPU?”

de la Alta Gerencia y/o modificación del marco normativo de la ITAIPU.

Es correcto afirmar que debemos entregar 1 (un) informe con las actividades arriba citadas?

RESPUESTA

Entendimiento correcto.

PREGUNTA 11.

En el “Anexo 1” “ESPECIFICACIONES TÉCNICAS”, ítem “4.2 Diagnóstico de la práctica contable actualmente adoptada por la ITAIPU BINACIONAL” en comparación a las IFRS. Sobre el ítem “Analisar las disposiciones del Tratado de ITAIPU, sus demás actos oficiales y normas internas que afecten la información contable y apuntar su impacto en la adopción plena a las IFRS”.

Es correcto afirmar que el impacto de la adopción al IFRS, no incluye detallar o cuantificar los efectos contables que deberán ser implementados por ITAIPU.

RESPUESTA

Entendimiento correcto. No incluye cuantificar en números, si incluye detallar el nivel de esfuerzo, o los pasos necesarios para su implementación.

PREGUNTA 12.

En el “Anexo 1” “ESPECIFICACIONES TÉCNICAS”, ítem “4.2 Diagnóstico de la práctica contable actualmente adoptada por la ITAIPU BINACIONAL” en comparación a las IFRS. Sobre el ítem “Analisar las particularidades de la ITAIPU e identificar cuales no se adecuan a las IFRS”

Es correcto afirmar que las particularidades de la ITAIPU, se encuentran previamente identificadas por ITAIPU y serán puestos a disposición para análisis?

RESPUESTA

Entendimiento correcto.

PREGUNTA 13.

Considerando el “Anexo I”, en conformidad con el “ítem 4.2 Diagnóstico de la práctica contable actualmente adoptada por la ITAIPU”.

¿Es correcto afirmar que identificar las divergencias y la correlación con la norma correspondiente, no incluye la cuantificación de los efectos contables que deberán ser implementados por la ITAIPU?

RESPOSTA

Entendimento correto. O trabalho não inclui quantificar em números e sim detalhar o nível de esforço ou as etapas necessárias para sua implementação.

PERGUNTA 14.

“Considerando o “Anexo I”, em conformidade com o “item 5 EQUIPE TECNICA”.

É correto afirmar que a experiência mínima dos consultores seniores e plenos serão fornecidas para ITAIPU, através de Currículo dos profissionais da xxxxxxxx?”

RESPOSTA

Não existe óbice na apresentação de currículos, desde que apresente junto documentos que comprove a experiência mínima requerida, como por exemplo, contratos de trabalho ou atestados de terceiros.

PERGUNTA 15.

“Conforme o “item 5 EQUIPE TECNICA” do “Anexo I”. É correto afirmar que a experiência mínima dos consultores seniores e plenos, não se enquadra como parte da DOCUMENTAÇÃO CONJUNTA citada no item 1.3.2 do CBC, e sim somente serão apresentados no prazo de até 5(cinco) dias úteis a partir da data estabelecida da OIS através de Currículos dos profissionais.”

RESPOSTA

Sobre os profissionais:

Na Licitação, como documentação de habilitação:

- O consórcio, de maneira conjunta, deverá apresentar declaração de compromisso sobre a **Equipe Técnica**, nos termos do subitem 1.3.2, I, do CBC; e
- As consorciadas, de maneira isolada, deverão apresentar **os profissionais sócio do trabalho**, nos termos do subitem 1.3.2, II e III, do CBC.

Na execução do contrato:

- O consórcio contratado deverá apresentar à ITAIPU sua Equipe Técnica, com a qualificação mínima estabelecida no item 5 das Especificações Técnicas, conforme Cláusula 7ª, X, da Minuta do Contrato;

PERGUNTA 16.**RESPUESTA**

Entendimiento correcto. No incluye cuantificar en números, si incluye detallar el nivel de esfuerzo, o los pasos necesarios para su implementación.

PREGUNTA 14.

Considerando el “Anexo I”, en conformidad con el “ítem 5 EQUIPO TÉCNICO”.

¿Es correcto afirmar que la experiencia mínima de los consultores seniors y plenos serán suministrados para ITAIPU, a través de Currículo de los profesionales de xxxxxxxx?

RESPUESTA

No hay ningún impedimento para la presentación de currículums, desde que presente junto documentos que acrediten la experiencia mínima requerida, como por ejemplo, contratos de trabajo o certificados de terceros.

PREGUNTA 15.

Conforme el “ítem 5 EQUIPO TÉCNICO” del “Anexo I”. Es correcto afirmar que la experiencia mínima de los consultores seniors y plenos, no se encuadra como parte de la DOCUMENTACIÓN CONJUNTA citada en el ítem 1.3.2 del PBC, y si solamente serán presentados en el plazo de hasta 5(cinco) días hábiles a partir de la fecha establecida de la OIS a través de Currículos de los profesionales.

RESPUESTA

Sobre los profesionales:

En la Licitación, como documentación de habilitación:

- El consorcio, de manera conjunta, deberá presentar declaración de compromiso sobre el **Equipo Técnico**, en los términos del subitem 1.3.2, I, del PBC; y
- Las consorciadas, de manera separada, deberán presentar **los profesionales socio del trabajo**, en los términos del subitem 1.3.2, II y III, del PBC.

En la ejecución del contrato:

- El consorcio contratado deberá presentar a la ITAIPU su Equipo Técnico, con la calificación mínima establecida en el ítem 5 de las Especificaciones Técnicas, conforme Cláusula 7ª, X, de la Minuta de Contrato;

PREGUNTA 16.

“No ANEXO I, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, em relação ao item 6. PRAZO DE EXECUÇÃO, é correto afirmar que 06 (seis) meses é uma sugestão de prazo, podendo ser executado em menos meses do que o sugerido?”

RESPOSTA

Entendimento correto. Pode ser executado no prazo máximo de 06 (seis) meses, podendo ser executado em menos, sem comprometer a qualidade dos relatórios

PERGUNTA 17.

“No ANEXO I, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, em relação ao item 5. EQUIPE TÉCNICA, sobre a quantidade mínima de profissionais sugerida.

É correto afirmar que a quantidade mínima poderá ser dimensionada pela xxxxxxx de acordo com os entregáveis definidos pela Companhia, não sendo necessário dedicação exclusiva?”

RESPOSTA

Entendimento correto.

PERGUNTA 18.

“Das Comunicações:

Considerando que todas as informações entre as partes devem ser formalizadas por escrito, conforme previsão constante do §2º da cláusula quinta da Minuta de Contrato, abaixo citado:

§ 2º Todas as comunicações trocadas entre a ITAIPU e a CONTRATADA (exceto a medição e os documentos de pagamento e/ou de gestão, que não necessitem ser entregues de forma física e que devem tramitar pelo Portal de Pagamentos da Itaipu Binacional - PPIB), relacionadas com a execução do presente CONTRATO, deverão ser feitas por escrito em português e protocoladas no ato do recebimento. Quando dirigidas à ITAIPU, deverão ser encaminhadas à:

ITAIPU
Central de Protocolo da Itaipu
A/C Superintendência de Orçamento e Contabilidade – OC.DF
Av. Silvio Américo Sasdelli, nº 800
CEP: 85866.900
Foz do Iguaçu - Paraná - Brasil

e quando dirigidas à CONTRATADA, a:

Considerando a implantação do trabalho remoto (e.g. home office);

Questiona-se:

En el ANEXO I, ESPECIFICACIONES TÉCNICAS, en relación al ítem 6. PLAZO DE EJECUCIÓN, es correcto afirmar que 06 (seis) meses es una sugerencia de plazo, ¿pudiendo ser ejecutado en menos meses de lo sugerido?

RESPUESTA

Entendimiento correcto. Puede ser ejecutado en un plazo máximo de 06 (seis) meses, pudiendo ser ejecutado en menos meses, sin comprometer la calidad de los informes.

PERGUNTA 17.

En el ANEXO I, ESPECIFICACIONES TÉCNICAS, en relación al ítem 5. EQUIPO TÉCNICO, sobre la cantidad mínima de profesionales sugerido.

¿Es correcto afirmar que la cantidad mínima podrá ser dimensionada por la xxxxxxx de acuerdo con los entregables definidos por la Compañía, no siendo necesario dedicación exclusiva?

RESPUESTA

Entendimiento correcto.

PERGUNTA 18.

De las Comunicaciones:

Considerando que todas las informaciones entre las partes deben ser formalizadas por escrito, conforme previsión constante del §2º de la cláusula quinta de la Minuta de Contrato, abajo citado:

§ 2º Todas las comunicaciones intercambiadas entre la ITAIPU y el CONTRATISTA, relacionadas a la ejecución del presente CONTRATO, deberán hacerse por escrito en portugués y/o castellano y protocolizadas en el acto de recepción. Cuando fueren dirigidas a la ITAIPU, deberán ser remitidas a:

ITAIPU
Central de Protocolo ITAIPU
A/A Superintendencia de Presupuesto y Contabilidad OC.DF
Centro Administrativo - Ruta Internacional km 3,5 ½
Av. Monseñor Rodríguez, 150
Ciudad del Este, Alto Paraná, Paraguay

y cuando estén dirigidas al CONTRATISTA, a:

Considerando la implementación de trabajo remoto (e.g. home office);

Se consulta:

É correto o entendimento de que serão aceitas comunicações realizadas por e-mail?”

RESPOSTA

Não serão aceitas comunicações formais por e-mail.

No Brasil, as comunicações eletrônicas poderão ser realizadas através do Portal de Protocolo Eletrônico, disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/pagina/protocolo-eletronico-itaipu>.

No Paraguai, o Portal de Protocolo Eletrônico ainda não está habilitado para a comunicação.

PERGUNTA 19.

“Do compartilhamento de informações com firmas membro:

Considerando que a Cláusula 36 da Minuta de Contrato estabelece que:

“CAPÍTULO XIII

CONFIDENCIALIDADE

CLÁUSULA 36 Todas as informações da ITAIPU, as quais a CONTRATADA tiver acesso, que forem fornecidas pela ITAIPU e/ou tomar conhecimento por qualquer forma em decorrência da execução do objeto deste CONTRATO são e serão tratadas como confidenciais. Isto é, a CONTRATADA obriga-se a manter absoluto sigilo de todas as informações obtidas em razão ou para a execução deste CONTRATO, estando, portanto, proibida de divulgá-las, transmiti-las, disseminá-las, disponibilizá-las, direta ou indiretamente, por qualquer meio que seja conhecido ou que venha a ser inventado, a quem quer que seja, salvo no caso de específica autorização escrita da ITAIPU.”

Considerando é comum que uma organização global de firmas independentes que prestam serviços profissionais nas áreas de Audit, Tax e Advisory pertençam a uma rede de firmas membro, em conformidade com o quanto previsto na norma do Conselho Federal de Contabilidade - NBC PA 400 que prediz: São organizações capacitadas para a prestação dos serviços ora licitados são caracterizadas por atuarem por meio de sociedades que fazem parte de uma estrutura formada por sociedades que, ainda que financeiramente e juridicamente independentes, estão sujeitas a um mesmo compartilhamento global de conhecimento de governança e políticas corporativas, assim como identidade denominativa;

Considerando que, por atuarem sob uma mesma marca, as sociedades citadas no considerando anterior, praticam políticas comerciais, de

¿Es correcto el entendimiento de que se aceptarán comunicaciones realizadas por e-mail?

RESPUESTA

No se aceptarán comunicaciones formales por e-mail.

En el Brasil, las comunicaciones electrónicas podrán realizarse a través del Portal de Protocolo Electrónico, disponible en: <https://apps.itaipu.gov.br/ProtoWeb/>

En el Paraguay, el Portal de Protocolo aun no está habilitado para la comunicación.

PREGUNTA 19.

Del intercambio de informaciones con empresas miembro:

Considerando que la Cláusula 36 de la Minuta de Contrato establece que:

“CAPÍTULO XIII

CONFIDENCIALIDAD

CLÁUSULA 36 Todas las informaciones de ITAIPU a las que el CONTRATISTA tuviese acceso, fueren proveídas por ITAIPU y/o tomen conocimiento por cualquier forma como consecuencia de la ejecución del objeto de este CONTRATO son y serán tratadas como Confidenciales. Esto es que, el CONTRATISTA se obliga a mantener absoluto sigilo de todas las informaciones obtenidas en razón o para la ejecución de este CONTRATO, estando, por tanto, prohibida de divulgarlas, transmitirlas, disseminarlas, ponerlas a disposición directa o indirectamente por cualquier medio que sea, conocido o que venga a ser inventado, a quien quiera que sea, salvo en el caso de específica autorización escrita de ITAIPU.

Considerando común que una organización global de firmas independientes que prestan servicios profesionales en las áreas de Audit, Tax y Advisory pertenezcan a una red de firmas miembro, en conformidad con el cuanto previsto en la norma del Consejo Federal de Contabilidad - NBC PA 400 que prevé: Son organizaciones capacitadas para la prestación de los servicios que ahora se licitan se caracterizan por actuar a través de sociedades que forman parte de una estructura formada por sociedades que, aunque financiera y jurídica independientes, están sujetas a un mismo intercambio global de conocimiento de gobierno y políticas corporativas, así como identidad denominacional;

Considerando que, al operar bajo la misma marca, las sociedades citadas en la consideración anterior practican políticas comerciales, de

administração, de governança corporativa e de qualidade comuns, compartilham know-how e informações inerentes aos negócios, visando ao atendimento eficaz das necessidades dos mercados de cada uma delas;

Considerando que a contratada obriga-se a manter a confidencialidade das informações, conforme estabelecido no Termo de Contrato.

Considerando que para o desempenho as atividades que integrarão a futura execução contratual, e cumprimento das obrigações decorrentes desta relação, é necessário o compartilhamento de informações pela contratada com a sua Rede Global, haja vista que estas compartilham sistemas informatizados, armazenamento de dados etc.

Considerando, contudo, que as firmas membro da rede global da contratada não podem ser entendidos como terceiros para fins da obrigação de confidencialidade uma vez que há um compartilhamento de governança, infraestrutura pessoal e know how entre as firmas em rede e ainda que as firmas em rede tem obrigação de cumprir as obrigações de confidencialidade dos contratos.

Questiona-se:

É correto o entendimento de que para o correto desempenho das atividades contratadas e cumprimento das obrigações contratuais, as firmas membro da rede global da contratada poderão, mantidas as obrigações de confidencialidade do contrato, ter acesso às informações decorrentes da execução contratual?"

RESPOSTA

Entendimento incorreto. Não é possível a divulgação de informações a outras empresas sem prévia autorização da ITAIPU, mesmo que pertencentes ao mesmo grupo econômico ou rede.

PERGUNTA 20.

"Da confidencialidade

Considerando que a Cláusula 36 da Minuta de Contrato estabelece que:

"CAPÍTULO XIII

CONFIDENCIALIDADE

CLÁUSULA 36 Todas as informações da ITAIPU, as quais a CONTRATADA tiver acesso, que forem fornecidas pela ITAIPU e/ou tomar conhecimento por

administración, de gobierno corporativo y de calidad común, comparten know-how e informaciones inherentes a los negocios, visando la atención eficaz de las necesidades de los mercados de cada una de ellas;

Considerando que el contratista se compromete a mantener la confidencialidad de las informaciones, conforme establecido en el Término del Contrato.

Considerando que para la realización de las actividades que integrarán la futura ejecución contractual, y cumplimiento de las obligaciones derivadas de esta relación, es necesario el intercambio de informaciones por el contratista con su Red Global, dado que comparten sistemas informatizados, almacenamiento de datos etc.

Considerando, sin embargo, que las firmas miembro de la red global del contratista no pueden ser entendidos como terceros para fines de la obligación de confidencialidad una vez que haya un intercambio de gobierno, infraestructura personal y know how entre las firmas en red y además que las firmas en red tienen el compromiso de cumplir las obligaciones de confidencialidad de los contratos.

Se consulta:

Es correcto entender de que, para la correcta realización de las actividades contratadas y el cumplimiento de las obligaciones contractuales, las firmas miembro de la red global del contratista podrán, manteniendo las obligaciones de confidencialidad del contrato, tener acceso a las informaciones derivadas de la ejecución contractual?

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto. No es posible divulgar informaciones a otras empresas sin previa autorización de ITAIPU, aunque pertenezcan al mismo grupo económico o red.

PREGUNTA 20.

De la confidencialidad

Considerando que la Cláusula 36 de la Minuta de Contrato establece que:

"CAPÍTULO XIII

CONFIDENCIALIDAD

CLÁUSULA 36 Todas las informaciones de ITAIPU a las que el CONTRATISTA tuviese acceso, fueren proveídas por ITAIPU y/o tomen conocimiento por

qualquer forma em decorrência da execução do objeto deste CONTRATO são e serão tratadas como confidenciais. Isto é, a CONTRATADA obriga-se a manter absoluto sigilo de todas as informações obtidas em razão ou para a execução deste CONTRATO, estando, portanto, proibida de divulgá-las, transmiti-las, disseminá-las, disponibilizá-las, direta ou indiretamente, por qualquer meio que seja conhecido ou que venha a ser inventado, a quem quer que seja, salvo no caso de específica autorização escrita da ITAIPU.”

Considerando, portanto, que a contratada se obriga a manter a confidencialidade das informações;

Questiona-se:

Estão corretos nossos entendimentos?

(i) serão mantidas em sigilo todas as informações confidenciais obtidas durante a prestação dos serviços, inclusive recomendações formuladas em sua execução ou resultante dos serviços;

RESPOSTA

Todas as informações da ITAIPU são e serão tratadas como confidenciais.

(ii) a equipe da Contratada utilizará as informações confidenciais para fins de execução dos serviços;

RESPOSTA

Entendimento correto, desde que de acordo com as demais cláusulas.

(iii) a Contratada revelará as informações confidenciais apenas para os membros da sua firma membro, necessários à condução dos serviços, requerendo destes que mantenham o caráter confidencial das mesmas e que em razão disso os membros da organização mundial da Contratada não serão considerados como terceiros, para fins de confidencialidade;

RESPOSTA

Entendimento incorreto. Não é possível a divulgação de informações a outras empresas sem prévia autorização da ITAIPU, mesmo que pertencentes ao mesmo grupo econômico ou rede.

(iv) a Contratada poderá manter consigo cópia das informações e documentos, mesmo que considerados informações confidenciais, necessários à comprovação da relação contratual entre as partes e

cualquier forma como consecuencia de la ejecución del objeto de este CONTRATO son y serán tratadas como Confidenciales. Esto es que, el CONTRATISTA se obliga a mantener absoluto sigilo de todas las informaciones obtenidas en razón o para la ejecución de este CONTRATO, estando, por tanto, prohibida de divulgarlas, transmitirlas, disseminarlas, ponerlas a disposición directa o indirectamente por cualquier medio que sea, conocido o que venga a ser inventado, a quien quiera que sea, salvo en el caso de específica autorización escrita de ITAIPU.”

Considerando, por lo tanto, que el contratista se obliga a mantener la confidencialidad de las informaciones;

Se consulta:

¿Están correctas nuestras interpretaciones?

(i) serán mantenidas en sigilo todas las informaciones confidenciales obtenidas durante la prestación de los servicios, inclusive recomendaciones formuladas en la ejecución o resultante de los servicios;

RESPUESTA

Todas las informaciones de la ITAIPU son y serán tratadas como confidenciales.

(ii) el equipo del Contratista utilizará las informaciones confidenciales para fines de ejecución de los servicios;

RESPUESTA

Entendimento correcto, desde que esté de acuerdo con las demás cláusulas.

(iii) el Contratista revelará las informaciones confidenciales solo para los miembros de su firma miembro, necesarios para la conducción de los servicios, requiriendo de estos que mantengan el carácter confidencial de las mismas y que en razón de eso los miembros de la organización mundial del Contratista no serán considerados como terceros, para fines de confidencialidad;

RESPUESTA

Entendimento incorreto. No es posible divulgar informaciones a otras empresas sin previa autorización de ITAIPU, aunque pertenezcan al mismo grupo económico o red.

(iv) el Contratista podrá conservar copia de las informaciones y documentos, aunque sean considerados informaciones confidenciales, necesarios para acreditar la relación contractual

os serviços prestados, e/ou que tenham sido utilizadas para consubstanciar eventuais serviços por elas prestados à Contratada em relação a este Projeto, mantendo-se, contudo, a confidencialidade das referidas informações;

RESPOSTA

Entendimento incorreto conforme CLÁUSULA 40 da Minuta de Contrato - Anexo IV.

(v) a contratada, para fins de atendimento à legislação, a normas profissionais ou a ordem judicial ou administrativa, poderá compartilhar as informações referentes à execução do contrato;

RESPOSTA

Entendimento incorreto conforme a CLÁUSULA 38 da Minuta de Contrato - Anexo IV.

(vi) não obstante, as Partes não terão obrigação de preservar o sigilo relativo à Informação que: (a) era de seu conhecimento anteriormente, não estando sujeita à obrigação de ser mantida em sigilo; (b) for revelada, pela contratante, a terceiros pela parte Reveladora da informação, sem qualquer obrigação de sigilo; (c) estiver ou tornar-se publicamente disponível; (d) para que a Contratada possa se defender em casos de instauração de processo administrativo, arbitral ou judicial contra ela; e/ou (e) for total e independentemente desenvolvida pela parte Receptora da informação;

RESPOSTA

Entendimento incorreto conforme o § 2º da CLÁUSULA 36 da Minuta de Contrato - Anexo IV.

(vii) Se uma das partes receber uma ordem judicial ou administrativa para revelar informação confidencial ou o resultado dos serviços, tal parte destinatária da ordem deverá notificar a outra parte, por escrito, sobre tal exigência, desde que tal notificação não infrinja qualquer legislação aplicável;

RESPOSTA

Entendimento incorreto conforme a CLÁUSULA 38 da Minuta de Contrato - Anexo IV.

(viii) a contratada poderá, sem o prévio consentimento da contratante, revelar informações confidenciais às autoridades competentes ao se deparar com indícios que possam configurar a prática de crime de lavagem de dinheiro, conforme previsto na legislação aplicável;

entre las partes y los servicios prestados, y/o que hayan sido utilizadas para fundamentar eventuales servicios por ellos prestados al Contratista en relación con este Proyecto, manteniéndose, sin embargo, la confidencialidad de dicha información;

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto conforme CLÁUSULA 40 de la Minuta de Contrato - Anexo IV.

(v) el contratista, para efecto de cumplimiento de la legislación, normas profesionales o al orden judicial o administrativa, podrá compartir las informaciones referentes a la ejecución del contrato;

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto conforme la CLÁUSULA 38 de la Minuta de Contrato - Anexo IV.

(vi) no obstante, las Partes no tendrán obligación de preservar el sigilo relativo a la Información que: (a) era de su conocimiento anteriormente, no estando sujeta a la obligación de ser mantenida en sigilo; (b) fuere revelada, por el eferente, a terceros por la parte Reveladora de la información, sin cualquier obligación de sigilo; (c) está o llega a estar públicamente disponible; (d) para que el Contratista pueda defenderse en casos de instauración de proceso administrativo, arbitral o judicial contra él; y/o es independentemente desarrollado por la parte Receptora de la información;

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto conforme el § 2º de la CLÁUSULA 36 de la Minuta de Contrato - Anexo IV.

(vii) Si una de las partes recibe una orden judicial o administrativa para revelar información confidencial o resultado de los servicios, la parte que recibe la orden deberá notificar a la otra parte, por escrito, sobre tal requerimiento, desde que tal notificación no viole cualquier legislación aplicable;

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto conforme la CLÁUSULA 38 de la Minuta de Contrato - Anexo IV.

(viii) el contratista podrá, sin previo consentimiento del contratante, revelar informaciones confidenciales a las autoridades competentes al depararse con indicios que puedan configurar la práctica de crimen de lavado de dinero, conforme previsto en la legislación aplicable;

RESPOSTA

Entendimento incorreto conforme a CLÁUSULA 38 da Minuta de Contrato - Anexo IV.

(ix) as informações da contratada também deverão receber o mesmo tratamento de confidencialidade;

RESPOSTA

Entendimento incorreto.

(x) a obrigação de confidencialidade deverá respeitada pelo prazo de 5 (cinco) anos, na forma da Lei Federal 12.527/2011;

RESPOSTA

Entendimento incorreto conforme CLÁUSULA 40 da Minuta de Contrato - Anexo IV.

PERGUNTA 21.

“Do compartilhamento das informações com autoridades competentes

Considerando que a Cláusula 36 da Minuta de Contrato estabelece que:

CAPÍTULO XIII**CONFIDENCIALIDADE**

CLÁUSULA 36 Todas as informações da ITAIPU, as quais a CONTRATADA tiver acesso, que forem fornecidas pela ITAIPU e/ou tomar conhecimento por qualquer forma em decorrência da execução do objeto deste CONTRATO são e serão tratadas como confidenciais. Isto é, a CONTRATADA obriga-se a manter absoluto sigilo de todas as informações obtidas em razão ou para a execução deste CONTRATO, estando, portanto, proibida de divulgá-las, transmiti-las, disseminá-las, disponibilizá-las, direta ou indiretamente, por qualquer meio que seja conhecido ou que venha a ser inventado, a quem quer que seja, salvo no caso de específica autorização escrita da ITAIPU.

Considerando que a documentação do trabalho da contratada é o conjunto de arquivos, formulários, relatórios, notas pessoais e documentos que contém as informações, apontamentos e conclusões obtidos pela contratada durante a execução dos serviços, os quais constituem a evidência do trabalho executado, sendo por isso de propriedade da contratada;

Considerando que a contratada poderá ser intimada por autoridades públicas, tais como Ministério Público, Poder Judiciário, órgãos regulamentadores

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto conforme la CLÁUSULA 38 de la Minuta de Contrato - Anexo IV.

(ix) las informaciones del contratista también deberán recibir el mismo trato de confidencialidad;

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto.

(x) la obligatoriedad de confidencialidad deberá respetarse por el plazo de 5 (cinco) años, en la forma da Ley Federal 12.527/2011;

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto conforme CLÁUSULA 40 de la Minuta de Contrato - Anexo IV.

PREGUNTA 21.

Del intercambio de informaciones con autoridades competentes

Considerando que la Cláusula 36 de la Minuta de Contrato establece que:

CAPÍTULO XIII**CONFIDENCIALIDAD**

CLÁUSULA 36 Todas las informaciones de ITAIPU a las que el CONTRATISTA tuviese acceso, fueren proveídas por ITAIPU y/o tomen conocimiento por cualquier forma como consecuencia de la ejecución del objeto de este CONTRATO son y serán tratadas como Confidenciales. Esto es que, el CONTRATISTA se obliga a mantener absoluto sigilo de todas las informaciones obtenidas en razón o para la ejecución de este CONTRATO, estando, por tanto, prohibida de divulgarlas, transmitirlas, disseminarlas, ponerlas a disposición directa o indirectamente por cualquier medio que sea, conocido o que venga a ser inventado, a quien quiera que sea, salvo en el caso de específica autorización escrita de ITAIPU.

Considerando que la documentación del trabajo del contratista es el conjunto de archivos, formularios, informes, notas personales y documentos que contienen las informaciones, apuntes y conclusiones obtenidos por el contratista durante la ejecución de los servicios, los cuales constituyen la evidencia del trabajo ejecutado, siendo así propiedad del contratista;

Considerando que el contratista podrá ser intimado por autoridades públicas, tales como Ministerio Público, Poder Judicial, órganos que

de sua profissão, Tribunais de Conta e etc... se ser obrigada legalmente a revelar informações e documentos decorrentes da presente contratação;

Considerando que a contratada poderá manter uma cópia dos arquivos, relatórios e documentos no encerramento do contrato que subsidie os produtos entregues à contratante, respeitada a obrigação de confidencialidade das informações inclusive para possibilitá-la exercer o direito de defesa em eventuais alegações de descumprimento ou violações (direito este assegurado no art. 5º, da Constituição Federal);

Questiona-se:

É correto o entendimento de que o fornecimento de cópia dos papéis de trabalho que tenham servido de base para a execução dos trabalhos, para os órgãos de controle, tais como, Ministério Público, Corregedorias, TCU, TCE bem como Judiciário, e também para fins de exercício do direito de defesa do consultor perante autoridades públicas, mediante prévia comunicação ao cliente, não caracteriza o descumprimento da obrigação de sigilo das informações, bem como não culmina na aplicação de penalidades?"

RESPOSTA

Entendimento incorreto conforme a CLÁUSULA 38 da Minuta de Contrato - Anexo IV.

PERGUNTA 22.

"Da retenção dos papéis de trabalho

Considerando que a cláusula 40 da minuta de contrato determina que:

CLÁUSULA 40 Encerrada a vigência do CONTRATO, a CONTRATADA deverá devolver à ITAIPU todas as informações recebidas ou provar a sua destruição. Independentemente da devolução ou destruição das informações, a CONTRATADA e seus respectivos representantes permanecerão responsáveis pelo dever de confidencialidade por prazo indeterminado.

Considerando que para a execução dos trabalhos objeto desta licitação, a contratada constituirá sua documentação do trabalho a qual é composta por um conjunto de arquivos, formulários, relatórios, notas pessoais e documentos que contém as informações, apontamentos e conclusões obtidos pela contratada durante a execução dos serviços, os quais constituem a evidência do trabalho executado, sendo por isso de

regulan su profesión, Tribunales de Cuenta etc... si fuese obligado legalmente a revelar informaciones y documentos derivados de la presente contratación;

Considerando que el contratista podrá conservar copia de los archivos, informes y documentos al término del contrato que subsidie los productos entregado al contratante, respetada la obligación de confidencialidad de las informaciones incluso para posibilitar ejercer el derecho de defensa en eventuales alegaciones de incumplimiento o violación (derecho asegurado en el art. 5º, de la Constitución Federal);

Se consulta:

Es correcto el entendimiento de que el suministro de copia de los papales de trabajo que hayan servido de base para la ejecución de los trabajos, para los órganos de control, tales como, Ministerio Público, Asuntos internos, TCU, TCE así como Judicial, y también para fines de ejercicio del derecho de defensa del consultor delante autoridades públicas, mediante previa comunicación al cliente, no caracteriza el incumplimiento de la obligación de sigilo de las informaciones, así como no culmina en la aplicación de penalidades?

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto conforme la CLÁUSULA 38 de la Minuta de Contrato - Anexo IV.

PREGUNTA 22.

De la retención de los papeles de trabajo

Considerando que la cláusula 40 de la minuta de contrato determina que:

CLÁUSULA 40 Finalizada la vigencia del CONTRATO, el CONTRATISTA deberá devolver a la ITAIPU todas las informaciones recibidas o probar su destrucción. Independentemente de la devolución o destrucción de las informaciones, el CONTRATISTA y sus respectivos representantes permanecerán responsables por el deber de confidencialidad por plazo indeterminado.

Considerando que para la ejecución de las obras objeto de esta licitación, el contratista constituirá su documentación de obra la cual está compuesta por un conjunto de expedientes, formularios, informes, notas personales y documentos que contengan la información, notas y conclusiones obtenidas por los contratantes parte durante la ejecución de los servicios, que

propriedade da contratada;

Considerando que a contratada deve manter uma cópia dos arquivos, relatórios e documentos no encerramento do contrato que subsidie os produtos entregues à contratante, respeitada a obrigação de confidencialidade das informações inclusive para possibilitá-la exercer o direito de defesa em eventuais alegações de descumprimento ou violações (direito este assegurado no art. 5º, da Constituição Federal;

Questiona-se:

É correto o entendimento de que a contratada poderá manter sob sua guarda a documentação que evidencia o seu trabalho, mesmo que contenham informações classificadas em grau de sigilo desde que mantida a confidencialidade das informações?”

RESPOSTA

Entendimento incorreto conforme CLÁUSULA 40 da Minuta de Contrato - Anexo IV.

PERGUNTA 23.

“Das Penalidades por Descumprimento de Confidencialidade

Considerando que a cláusula 41, incisos II e III da Minuta de Contrato estabelece que caso a contratada venha descumprir o sigilo e a confidencialidade dos dados fornecidos pela contratante, poderá sofrer penalidade legais e contratuais pelo fato, conforme cita-se abaixo:

“CLÁUSULA 41 A comprovação do descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade pela Itaipu resultará nas seguintes sanções, cumulativamente:

- I) rescisão contratual, se ainda vigente o CONTRATO;
- II) multa cominatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação principal;
- III) indenização no valor de 100% (cem por cento) sobre o valor da obrigação principal, referente à cláusula penal compensatória por quebra do sigilo empresarial. Ressalva-se à ITAIPU o direito de exigir indenização suplementar, caso o prejuízo exceda o percentual fixado; e
- IV) adoção das medidas judiciais cabíveis para responsabilização nas searas civil e criminal, por força de lei.”

Considerando que o inciso II e inciso III respectivamente dispõe sobre multa cominatória e

constituyen evidencia del trabajo realizado, y por lo tanto son propiedad del Contratista;

Considerando que el contratista debe conservar copia de los expedientes, informes y documentos al término del contrato que subvencionan los productos entregados al contratante, respetando la obligación de confidencialidad de la información, incluso para que pueda ejercer el derecho de defensa en eventuales alegaciones de incumplimiento o violaciones (este derecho está garantizado en el artículo 5 de la Constitución Federal;

Se consulta:

¿Es correcto entender que el contratista puede mantener bajo su custodia la documentación que acredite su trabajo, aun cuando contenga información clasificada como reservada, siempre que se mantenga la confidencialidad de la información?

RESPUESTA

Entendimento incorreto conforme CLÁUSULA 40 de la Minuta de Contrato - Anexo IV.

PREGUNTA 23.

De las Penalidades por Violación de Confidencialidad

Considerando que la cláusula 41, incisos II y III de la Minuta de Contrato establece que caso el contratista haya violado el sigilo y la confidencialidad de los datos suministrados por el contratante, podrá sufrir penalidades legales y contractuales por el hecho, conforme se cita a continuación:

“CLÁUSULA 41 La evidencia de incumplimiento de la obligación de sigilo y confidencialidad por el CONTRATISTA resultará en las siguientes sanciones, acumulativamente:

- I) resolución contractual, si todavía está vigente el CONTRATO;
- II) multa conminatoria de 30% (treinta por ciento) sobre el valor de la obligación principal;
- III) indemnización en el valor del 100% (cien por ciento) sobre el valor de la obligación principal, referente a la cláusula penal compensatoria por ruptura del sigilo empresarial. Se reserva a la ITAIPU el derecho de exigir indemnización suplementaria, caso el perjuicio exceda el porcentual fijado; y
- IV) adopción de las medidas judiciales pertinentes para hacer responsable al contratista en los ámbitos civil y criminal, por fuerza de ley.”

Considerando que los incisos II y III prevén, respectivamente, una multa y una indemnización por los daños causados por el incumplimiento de

indenização por dano causado em razão da violação da obrigação de confidencialidade do contrato;

Considerando que a indenização se presta para ressarcir prejuízos causados por ação ou omissão por violação de obrigação legal ou contratual, razão pela qual não é possível que seja estabelecida antes da ocorrência de qualquer dano;

Considerando deste modo que a contratada somente poderá indenizar os danos que efetivamente causar, na medida em que forem apurados;

Considerando que de acordo com o art. 44 das Normas Gerais de licitações de Itaipu “a contratada será responsável pelos danos que causar à ITAIPU ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não se eximindo dessa responsabilidade, ainda que a execução do instrumento contratual seja fiscalizado pela ITAIPU”;

Questiona-se:

23.1) “É correto o entendimento de que a multa cominatória constante do inciso II da cláusula 41 da Minuta de Contrato será aplicada no caso de efetiva ocorrência de dano pela violação do dever de confidencialidade?”

RESPOSTA

Entendimento incorreto. As penalidades previstas são independentes da comprovação de dano ou prejuízo.

23.2) “É correto o entendimento de que a contratada, conforme o inciso III da cláusula 41, será obrigada a responder no valor dos efetivos danos causados com culpa ou dolo à contratante decorrente da violação de obrigação de confidencialidade?”

RESPOSTA

Entendimento incorreto. As penalidades previstas são independentes da comprovação de dano ou prejuízo.

PERGUNTA 24.

“Da responsabilidade pelos danos

Considerando que é estabelecido na cláusula 42 da minuta de contrato que:

“CAPÍTULO XIV

RESPONSABILIDADE POR DANOS E PREJUÍZOS

CLÁUSULA 42 É de responsabilidade da CONTRATADA a integral indenização à ITAIPU ou a terceiros por danos e prejuízos diretos e indiretos causados por

la obligación de confidencialidad del contrato;

Considerando que la indemnización tiene por objeto restituir los daños causados por acción u omisión por incumplimiento de una obligación legal o contractual, por lo que no es posible establecerla antes de la ocurrencia de cualquier daño;

Considerando así que el contratista sólo puede indemnizar los daños que efectivamente cause, en la medida en que se determinen;

Considerando que según el art. 44 de las Normas Generales de Licitaciones de Itaipu “el contratista será responsable por los daños causados a ITAIPU o a terceros, resultantes de su culpa o dolo, no eximiéndose de esta responsabilidad, aunque la ejecución del instrumento contractual sea supervisada por ITAIPU”;

Se consulta:

23.1) ¿Es correcto entender que la multa punitiva contenida en el inciso II de la cláusula 41 del Proyecto de Contrato se aplicará en caso de ocurrencia efectiva del daño por incumplimiento del deber de confidencialidad?”

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto. Las penalidades previstas son independientes de la comprobación de daño o perjuicio.

23.2) Es correcto decir que el contratista, conforme el inciso III de la cláusula 41, será obligado a responder en el valor de los efectivos daños causados con culpa o dolo al contratante derivados de la violación de obligación de confidencialidad?

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto. Las penalidades previstas son independientes de la comprobación de daño o perjuicio.

PREGUNTA 24.

De la responsabilidad por los daños

Considerando que está establecido en la cláusula 42 de la minuta de contrato que:

“CAPÍTULO XIV

RESPONSABILIDAD POR DAÑOS Y PERJUICIOS

CLÁUSULA 42 Es responsabilidad del CONTRATISTA la íntegra indemnización a la ITAIPU o a terceros por daños y perjuicios

ela ou seus prepostos, na execução deste CONTRATO, resultantes de atos ou omissões culposos ou dolosos, não se eximindo dessa responsabilidade, ainda que a execução deste CONTRATO seja fiscalizada pela ITAIPU.”

Considerando que de acordo com o art. 44 das Normas Gerais de licitações de Itaipu “a contratada será responsável pelos danos que causar à ITAIPU ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não se eximindo dessa responsabilidade, ainda que a execução do instrumento contratual seja fiscalizado pela ITAIPU”, ou seja, a contratada se responsabiliza apenas pelos danos diretos causados à ITAIPU e/ou terceiros;

Considerando que, no procedimento licitatório, diferentemente de uma contratação comum privada, o momento que as licitantes dispõem para tentar negociar as cláusulas contratuais é justamente durante a fase de questionamentos;

Considerando que neste caso, a responsabilidade imputada ao contratado é maior do que a prevista no Código Civil, o que implica fatalmente em incursão de riscos maiores pela contratada, o que forçará a majoração de preço por parte das licitantes participantes;

Considerando, portanto, que a não fixação da responsabilidade em conformidade com o regulamento aumentará os encargos para a Contratante, pois a majoração dos riscos refletirá diretamente nos preços ofertados pelos licitantes e ao final essa ampliação de responsabilidade poderá ser revertida em outra instância;
Questiona-se:

É correto o entendimento de que a contratada será somente responsável pelos danos diretos que causar com culpa ou dolo à ITAIPU ou a terceiros, durante a execução dos serviços, em conformidade com as Normas Gerais de licitações de ITAIPU?”

RESPOSTA

Entendimento incorreto. Nos termos da CLÁUSULA 42 da Minuta de Contrato - Anexo IV, é de responsabilidade da CONTRATADA a integral indenização à ITAIPU ou a terceiros por danos e prejuízos diretos e indiretos.

PERGUNTA 25.

“Considerando que o edital em seu item 1.3

directos o indirectos causados por ella o sus representantes, en la ejecución de este CONTRATO, resultantes de actos u omisiones culposas o dolosas, no pudiendo eximir su responsabilidad, por más que la ejecución de este CONTRATO sea fiscalizada por la ITAIPU.

Considerando que de acuerdo con el art. 44 de las Normas Generales de licitaciones de ITAIPU “el contratista será responsable por los daños que cause a la ITAIPU o a terceros, resultante de su culpa o dolo, no eximiéndose de esta responsabilidad, aunque la ejecución del instrumento contractual sea fiscalizada por la ITAIPU”, o sea, el contratista se responsabiliza sólo por los daños directos causados a la ITAIPU y/o terceros;

Considerando que, en el procedimiento de licitación, a diferencia de un contrato privado común, el momento que las licitantes tienen para tratar negociar las cláusulas contractuales es precisamente durante la fase de consultas;
Considerando que en este caso, la responsabilidad imputada al contratado es mayor de la prevista en el Código Civil, lo que inevitablemente implica la incursión de mayores riesgos por el contratista, lo que obligará al incremento del precio por parte de los licitantes participantes;

Considerando, por lo tanto, que la falta de establecimiento de la responsabilidad en conformidad con el reglamento aumentará los cargos para el Contratista, pues el incremento de los riesgos reflejará directamente en los precios ofertados por los licitantes y al final esta extensión de responsabilidad podrá ser revocado en otra instancia;

Se consulta:

¿Es correcto entender que el contratista será solamente responsable por los daños directos que causare con culpa o dolo a la ITAIPU o a terceros, durante la ejecución de los servicios, en conformidad con las Normas Generales de licitaciones de ITAIPU?

RESPUESTA

Entendimento incorrecto. En los términos de la CLÁUSULA 42 de la Minuta de Contrato - Anexo IV, es responsabilidad del CONTRATISTA la indemnización total a la ITAIPU o a terceros por daños y perjuicios directos e indirectos.

PREGUNTA 25.

Considerando que el pliego en su ítem 1.3

determina que poderão participar desta licitação exclusivamente empresas associadas na forma de consórcio binacional, conforme explicitado abaixo:

“1.3 PRINCIPAIS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO

1.3.1 Poderão participar desta licitação exclusivamente empresas associadas na forma de consórcio binacional, legalmente estabelecidas no Brasil e no Paraguai (ver item 2.13 deste CBC), cujo ramo de negócio, definido em seus atos constitutivos, for pertinente ao objeto desta licitação desde que atenda, integralmente, a todos os requisitos estabelecidos neste CBC e seus anexos e que a empresa líder do consórcio detenha:

a) cadastro atualizado no Cadastro de Fornecedores da ITAIPU; e

b) credenciamento no Portal de Compras Eletrônicas da ITAIPU (ver item 2.14 deste CBC).

1.3.1.1 Entende-se por consórcio binacional obrigatório aquele formado por empresa estabelecida no Brasil com empresa estabelecida no Paraguai, em regime de responsabilidade solidária, com o objetivo de participar e executar o objeto em licitação, não se configurando pessoa jurídica própria, uma vez que cada integrante mantém a sua própria personalidade.

1.3.1.2 A participação das empresas na constituição do consórcio binacional corresponderá 50% (cinquenta por cento) para a empresa estabelecida no Brasil e 50% (cinquenta por cento) para a empresa estabelecida no

1.3.1.3 A empresa líder do consórcio binacional será responsável pelo gerenciamento dos trabalhos, deverá ser estabelecida no Brasil ou Paraguai, e responderá administrativa e judicialmente pelo consórcio.

1.3.1.4 O consórcio binacional que resulte vencedor deverá promover, antes da celebração do contrato, a constituição legal do consórcio, nos termos do compromisso oferecido na fase de habilitação.”

Considerando que o consórcio binacional em tela deve ser formado por duas empresas, sendo uma estabelecida no Brasil e outra estabelecida no Paraguai, haja vista prestação de serviços tanto no Brasil quanto no Paraguai;

Considerando que pelo fato das referidas empresas executarem os serviços cada qual em seu território (brasileiro e paraguaio), não há que se falar, por exemplo, em representação (pessoa física/jurídica) da empresa paraguaia no Brasil ou da empresa

determina que sólo podrán participar en esta licitación empresas asociadas en la forma de consorcio binacional, según se explica a continuación:

“1.3 PRINCIPALES REQUISITOS PARA PARTICIPACIÓN Y HABILITACIÓN

1.3.1 Podrán participar de esta licitación, exclusivamente empresas asociadas en consorcio binacional, legalmente establecidas en el Brasil y en el Paraguay (ver ítem 2.13 de este PBC), cuyo ramo de negocio, definido en sus actos constitutivos, fuere pertinente al objeto de esta licitación y siempre que atiendan íntegramente todos los requisitos establecidos en este PBC y sus anexos y que la empresa líder del consorcio tenga:

a) catastro actualizado en el Catastro de Proveedores de la ITAIPU; y

b) acreditación por el Portal de Compras Electrónicas de la ITAIPU (ver ítem 2.14 de este PBC).

1.3.1.1 Entiéndase por consorcio binacional obligatorio aquel formado por empresa establecida en el Brasil con empresa establecida en el Paraguay, en régimen de responsabilidad solidaria, con el fin de participar y ejecutar el objeto de la licitación, no configurándose en persona jurídica única, ya que cada integrante mantiene su propia personería.

1.3.1.2 La participación de las empresas en la constitución del consorcio binacional corresponderá 50% (cinquenta por ciento) para la empresa establecida en el Brasil y 50% (cinquenta por ciento) para la empresa establecida en el Paraguay.

1.3.1.3 La empresa líder del consorcio binacional será responsable por el gerenciamiento de los trabajos, debiendo la empresa estar establecida en el Brasil o Paraguay y será quien responderá administrativa y judicialmente por el consorcio.

1.3.1.4 El consorcio binacional que resulte vencedor deberá promover, antes de la celebración del contrato, la constitución legal del consorcio, en los términos del compromiso acordado en la fase de habilitación.

Considerando que el consorcio binacional en cuestión debe estar integrado por dos empresas, una establecida en Brasil y otra establecida en Paraguay, considerando la prestación de servicios tanto en Brasil como en Paraguay;

Considerando que por el hecho de que dichas empresas prestan los servicios cada una en su propio territorio (brasileño y paraguayo), no es necesario hablar, por ejemplo, en representación (persona física/jurídica) de la empresa paraguaya

brasileira no Paraguai;

Considerando que, por consequência, o consórcio binacional supra não poderá ser registrado na Junta Comercial no Brasil, haja vista que a empresa Paraguaia consorciada além de executar serviços somente no Paraguai não terá um representante (pessoa física/jurídica) no Brasil para que seja factível este registro (com dados que permitam tal registro, e.g. CNPJ, Inscrição Estadual e registro da empresa no Brasil, contrato social);

Considerando que tanto o Edital referente à esta licitação, quanto as Normas Gerais de Licitações de Itaipu são omissas relativamente à questão da necessidade ou não do registro do consórcio;

Considerando que o edital de licitação não deve trazer exigências impossíveis de serem cumpridas;
Questiona-se:

É correto o entendimento de que o consórcio binacional não necessitará de registro na Junta Comercial bastando a constituição legal do consórcio?"

RESPOSTA

Entendimento correto.

PERGUNTA 26.

"Do Escopo dos trabalhos - delimitação do objeto

Considerando que objeto do certame envolve a contratação de Consórcio Binacional para prestação de serviço especializado de consultoria em IFRS - International Financial Reporting Standards, com objetivo de efetuar um diagnóstico da prática contábil atualmente adotada pela ITAIPU BINACIONAL;

Considerando que a realização de um diagnóstico envolve efetuar um comparativo do tratado de Itaipu para as IFRSs cabíveis, onde a contratada irá avaliar e criticar conceitualmente quais são os requerimentos que o tratado da Itaipu não leva em consideração conceitualmente e, por consequência deverão ser considerados futuramente para fins de implantação da IFRSs, em conformidade com o objeto da licitação;

Questiona-se:

É correto afirmar que o diagnóstico será somente conceitual e não haverá quantificação numérica, uma vez que a ITAIPU necessita deste primeiro diagnóstico conceitual para identificação primária das divergências entre o tratado de ITAIPU versus as

em Brasil o de la brasileña empresa en Paraguay;

Considerando que, en consecuencia, el mencionado consorcio binacional no puede ser registrado en la Cámara de Comercio de Brasil, dado que la empresa consorciada paraguaya, además de prestar servicios únicamente en Paraguay, no tendrá representante (persona física/jurídica) en Brasil para viabilizar este registro (con datos que permitan tal registro, por ejemplo, CNPJ, Registro del Estado y registro de la empresa en Brasil, escritura de constitución);

Considerando que tanto el Pliego referente a esta licitación como las Normas Generales para Licitaciones de Itaipú guardan silencio sobre la cuestión de la necesidad o no del registro del consorcio;

Considerando que el pliego de licitación no debe traer exigencias imposibles de cumplirse;
Se consulta:

Es correcto entender que el consorcio binacional no necesitará registrarse en la Junta de Comercio, siendo suficiente la constitución legal del consorcio?

RESPUESTA

Entendimento correcto.

PREGUNTA 26.

Alcance de los trabajos - delimitación del objeto

Considerando que el objeto del proceso de licitación implica la contratación de un Consorcio Binacional para brindar un servicio de consultoría especializada en NIIF - Normas Internacionales de Información Financiera, con el objetivo de realizar un diagnóstico de la práctica contable actualmente adoptada por ITAIPU BINACIONAL;

Considerando que realizar un diagnóstico implica hacer una comparación del tratado de ITAIPU con las NIIF aplicables, donde el contratista evaluará conceptualmente y criticará cuáles son los requisitos que el tratado de ITAIPU no tiene en cuenta conceptualmente y, en consecuencia, deben ser considerados en el futuro para efectos de la implementación de las NIIF, de acuerdo con el objeto del proceso de licitación;

Se consulta:

¿Es correcto decir que el diagnóstico será sólo conceptual y no habrá cuantificación numérica, ya que ITAIPU necesita este primer diagnóstico conceptual para la identificación primaria de las divergencias entre el tratado de ITAIPU versus las

IFRSs?”

RESPOSTA

Entendimento correto.

PERGUNTA 27.

“Do Escopo dos trabalhos - delimitação do objeto 2

Considerando que o serviço compreende a análise das demonstrações contábeis da ITAIPU BINACIONAL para fins de diagnóstico e elaboração de recomendações objetivando a aderência conceitual das demonstrações contábeis às práticas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

Questiona-se:

É correto afirmar que a identificação de pontos divergentes entre as demonstrações contábeis atuais e as disposições das IFRS serão conceituais? Além disso é correto o entendimento de que será realizada a análise do nível de aderência atual às IFRS e apontamentos de divergências conceituais?”

RESPOSTA

Entendimento correto.

PERGUNTA 28.

“Do Escopo dos trabalhos - precificação

Considerando que os serviços poderão ser executados alternadamente entre atividades remotas e presenciais, de acordo com o plano de trabalho proposto pelo Consórcio Binacional e aprovado por ITAIPU.

Considerando ainda que as visitas presenciais serão executadas na USINA HIDROELÉTRICA DE ITAIPU, em Foz do Iguaçu-PR.

Considerando que para que haja uma precificação adequada à extensão dos serviços é necessário a delimitação precisa dos trabalhos que deverão ser executados por parte do contratante;”

Questiona-se:

28.1) “É correto afirmar que poderemos considerar presencialmente somente as reuniões de entregáveis, as quais serão realizadas com os diretores e executivos da Itaipu Binacional?”

RESPOSTA

Entendimento incorreto. As tratativas serão feitas

NIIF?

RESPUESTA

Entendimiento correcto.

PREGUNTA 27.

Alcance del trabajo - delimitación del objeto 2

Considerando que el servicio comprende el análisis de los estados financieros de ITAIPU BINACIONAL con fines de diagnóstico y la elaboración de recomendaciones con el objetivo de la adhesión conceptual de los estados financieros a las prácticas contables internacionales emitidas por el IASB - International Accounting Standards Board.

Se consulta:

¿Es correcto decir que la identificación de puntos divergentes entre los estados financieros actuales y las disposiciones de las NIIF será conceptual? Además, ¿es correcto entender que se realizará el análisis del nivel actual de adherencia a las NIIF y notas de divergencias conceptuales?

RESPUESTA

Entendimiento correcto.

PREGUNTA 28.

Del Alcance de los trabajos - tarifa

Considerando que los servicios podrán ser ejecutados alternadamente entre actividades remotas y presenciales, de acuerdo con el plano de trabajo propuesto por el Consorcio Binacional y aprobado por ITAIPU.

Considerando además que las visitas presenciales serán ejecutadas en la CENTRAL HIDROELÉCTRICA DE ITAIPU, en Foz do Iguaçu-PR.

Considerando que para que haya una adecuada tarificación a la extensión de los servicios es necesario la delimitación precisa de los trabajos que deberán ser ejecutados por parte del contratante;

Se consulta:

28.1) Es correcto afirmar que podremos considerar presencialmente solamente las reuniones de entregables, los cuales serán realizadas con los directores y ejecutivos de la Itaipu Binacional?

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto. Las negociaciones se

com o departamento de contabilidade da Itaipu. Reuniões presenciais serão necessárias previamente para conhecimento por parte do fornecedor sobre as práticas adotadas na Itaipu, além de eventuais entrevistas com colaboradores e reuniões de alinhamento.

28.2) “É correto o entendimento de que as reuniões remotas poderão ser realizadas via Microsoft Teams?”

RESPOSTA

Entendimento correto.

PERGUNTA 29.

“Do Escopo dos trabalhos - delimitação do objeto 3

Considerando que a contratada deverá apresentar um estudo que contenha um diagnóstico conceitual referente a avaliação das demonstrações contábeis de ITAIPU, com o objetivo de identificar conceitualmente sua plena aderência às IFRS e, considerando sua compatibilidade ou não com as disposições do Tratado de ITAIPU e seus demais atos oficiais.

Considerando que para execução da etapa em questão a contratada deverá executar as seguintes atividades:

- Entrevista de colaboradores da ITAIPU que atuam em processos contábeis relevantes, de forma a obter a consciência situacional;
- Análise das disposições do Tratado de Itaipu, seus demais atos oficiais e normas internas que afetem a informação contábil e apontar seu impacto conceitual para fins de adoção plena às IFRS;
- Análise das particularidades da ITAIPU e identificar quais não se adequam às IFRS de forma conceitual;
- Análise das demonstrações contábeis da ITAIPU e apontar eventuais informações conceituais que não sejam consonantes com às IFRS; e
- Identificação das divergências conceituais e correlacionar com a norma correspondente.

Questiona-se:

É correto afirmar que as atividades conceituais supramencionadas serão suficientes para atendimento da etapa em comento?”

RESPOSTA

Entendimento parcialmente correto. As atividades a serem realizadas no item 4.2 das Especificações Técnicas requerem uma análise do impacto

realizarán con el departamento de contabilidad de Itaipú. Serán necesarias reuniones presenciales previas para que el proveedor conozca las prácticas adoptadas en Itaipu, además de entrevistas ocasionales con los empleados y reuniones de alineamiento.

28.2) Es correcta entender de que las reuniones remotas podrán ser realizadas vía Microsoft Teams?”

RESPUESTA

Entendimiento correcto.

PREGUNTA 29.

Del Alcance de los trabajos - delimitación del objeto 3

Considerando que el contratista deberá presentar un estudio que contenga un diagnóstico conceptual referente a evaluación de las demostraciones contables de ITAIPU, con el objetivo de identificar conceptualmente su plena adherencia a las IFRS y, considerando su compatibilidad o no con las disposiciones del Tratado de ITAIPU y sus demás actos oficiales.

Considerando que para ejecución de la etapa en cuestión el contratista deberá ejecutar las siguientes actividades:

- Entrevista de colaboradores de la ITAIPU que actúan en procesos contables relevantes, de forma a obtener la consciencia situacional;
 - Análisis de las disposiciones del Tratado de ITAIPU, sus demás actos oficiales y normas internas que afecten la información contable y apuntar su impacto conceptual para fines de adopción plena a las IFRS;
 - Análisis de las particularidades de la ITAIPU e identificar cuales no se adecuan a las IFRS de forma conceptual;
 - Análisis de las demostraciones contables de la ITAIPU y apuntar eventuales informaciones conceptuales que no sean consonantes con las IFRS; e
 - Identificación de las divergencias conceptuales y correlación con la norma correspondiente.
- Se consulta:

¿Es correcto afirmar que las actividades conceptuales antes mencionadas serán suficientes para cumplir con la etapa en cuestión?

RESPUESTA

Comprensión parcialmente correcta. Las actividades a realizarse en el ítem 4.2 de las Especificaciones Técnicas, requieren un análisis

conceitual do IFRS, e não uma mensuração quantitativa desses impactos. As etapas supracitadas servem como orientação e não são exaustivas.

del impacto conceptual de las IFRS, no una medición cuantitativa de estos impactos. Los pasos anteriores sirven como guía y no son exhaustivos.

PERGUNTA 30.

“Do Escopo dos trabalhos - delimitação do objeto 4

Considerando que em relação ao entregável, ou seja, produto do diagnóstico conceitual, a contratada irá emitir um relatório contendo o estudo com a situação conceitual atual da ITAIPU, abordando todas as atividades especificadas no edital, assim como também, irá identificar as principais divergências conceituais que poderão impactar as demonstrações contábeis se futuramente a ITAIPU decidir emitir suas demonstrações financeiras em padrão IFRS.

Questiona-se:

Dado o contexto acima, é correto afirmar que o relatório comparativo que será emitido, estará estruturado em forma de Demonstração financeira Pro Forma, conceitual e não quantitativa, em total consonância com as IFRSs?”

RESPOSTA

Entendimento correto.

PERGUNTA 31.

Com relação ao item 1.3.2, “II”, “b”, entendemos que cada consorciada poderá apresentar mais de um sócio que em conjunto atendam as alíneas “b1” e “b2”. O mesmo se aplica ao item 1.3.2, “III”, “b”? Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA

Entendimento incorreto. Cada consorciada deverá apresentar, de maneira isolada, apenas 1 (um) profissional que cumpra, cumulativamente, b.1 e b.2, dos incisos II e III, subitem 1.3.2 do CBC.

PERGUNTA 32.

Com relação à licitação supramencionada, a XXXXX vem requerer a PRORROGAÇÃO DA DATA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS com fundamento no quanto segue:

As propostas e documentações podem ser recebidas até o dia 02 de março de 2023 e que os questionamentos relativos à oportunidade deveriam

PREGUNTA 30.

Del Alcance de los trabajos - delimitación del objeto 4

Considerando que, en relación al entregable, o sea, producto del diagnóstico conceptual, el contratista emitirá un informe conteniendo el estudio con la situación conceptual actual de ITAIPU, abordando todas las actividades especificadas en el pliego, así como también, identificar las principales divergencias conceptuales que podrán impactar las demostraciones contables si futuramente ITAIPU decide emitir sus demostraciones financieras en padrón IFRS.

Se consulta:

Dado el contexto de arriba, es correcto afirmar que el informe comparativo que será emitido estará estructurado en forma de Demonstración financiera Pro-Forma, conceptual y no cuantitativa, en plano cumplimiento con las IFRSs?

RESPUESTA

Entendimiento correcto.

PREGUNTA 31.

En relación al ítem 1.3.2, “II”, “b”, entendemos que cada consorciada podrá presentar más de un socio que en conjunto atiendan las letras “b1” y “b2”. Lo mismo se aplica al ítem 1.3.2, “III”, “b”? Nuestra interpretación está correcta?

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto. Cada integrante del consorcio deberá presentar, de manera separada, solamente 1 (un) profesional que cumpla, cumulativamente, b.1 y b.2, de los incisos II y III, subitem 1.3.2 del PBC.

PREGUNTA 32.

Con relación a la citada licitación, XXXXX solicita la AMPLIACIÓN DE LA FECHA DE RECEPCIÓN DE PROPUESTAS con fundamento en lo siguiente:

Las propuestas y la documentación se pueden recibir hasta el 2 de marzo de 2023 y las preguntas sobre la oportunidad se deben enviar hasta el 14 de febrero de 2023. Sin perjuicio de la

ser encaminhados até o dia 14.02.2023. Inobstante o poder discricionário por parte da Contratante em estipular o prazo entre a divulgação do edital e a apresentação das propostas e abertura da sessão, no caso em tela, os prazos previstos se mostram extremamente curtos, até pelo fato do certame licitatório ocorrer após o feriado de Carnaval.

Cabe evidenciar que o prazo para recebimento das propostas, e respectiva abertura do certame, quando exíguo, como o presente caso, pode afetar o número de participantes no processo, e por conseguinte a competição em si, gerando impactos no resultado efetivo da licitação.

Isto porque, para que a participação em processos licitatórios seja viável, tal qual o presente caso, a licitante deve realizar uma série de procedimentos administrativos preliminares, indispensáveis para a apresentação da sua proposta. Procedimentos estes que, observados em consonância à particularidade e complexidade exigidas para a presente contratação, demandam um prazo maior para serem concluídos.

Cumprindo, ainda, esclarecer que a extensão do prazo neste sentido, propicia não só a ampliação da competitividade, por meio da participação do maior número de competidores, mas, também, eleva a qualidade técnica aplicada à proposta, haja vista que o tempo dedicado à melhor elaboração da proposta, a torna mais vantajosa e eficiente.

Desta forma, em benefício da eficiência, que norteia este processo, bem como do próprio interesse da ora Contratante, solicita-se a prorrogação da data por pelo menos mais 2 (duas) semanas para recebimento das propostas, a fim de que haja tempo hábil para a licitante elaborar a proposta com a mais exata adequação às especificidades desta contratação, e para o correto dimensionamento da mesma, bem como conclusão dos procedimentos administrativos internos.

RESPOSTA

Pedido indeferido. A ITAIPU considera o prazo entre a publicação e a realização do certame suficiente para elaboração da proposta pela proponente.

PERGUNTA 33.

No subitem 1.3.1. cita o seguinte: Poderão participar desta licitação exclusivamente empresas associadas na forma de consórcio binacional, legalmente estabelecidas no Brasil e no Paraguai (ver item 2.13 deste CBC), cujo ramo de negócio, definido em seus atos constitutivos, for pertinente ao objeto desta licitação desde que atenda, integralmente, a todos os requisitos estabelecidos neste CBC e seus anexos e

facultad discrecional de la Contratante de estipular el plazo entre la publicación del pliego y la presentación de propuestas y apertura de la sesión, en el presente caso, los plazos previstos son sumamente breves, incluso debido a que la licitación proceso se lleva a cabo después de la fiesta de Carnaval.

Cabe señalar que el plazo para la recepción de propuestas, y la respectiva apertura del proceso de licitación, cuando es corto, como en el presente caso, puede afectar el número de participantes en el proceso, y por ende la competencia misma, generando impactos en el real resultado del proceso de licitación.

Esto debido a que, para que la participación en procesos de licitación sea viable, como el presente caso, el oferente debe realizar una serie de trámites administrativos previos, indispensables para la presentación de su propuesta. Estos trámites, observados de acuerdo con la particularidad y complejidad que requiere este contrato, requieren de un plazo mayor para su realización.

También cabe aclarar que la ampliación del plazo en este sentido no solo aumenta la competitividad, a través de la participación de un mayor número de competidores, sino que también aumenta la calidad técnica aplicada a la propuesta, considerando que el tiempo dedicado a la mejor elaboración de la propuesta, la hace más ventajosa y eficiente.

De esta forma, en beneficio de la eficiencia, que orienta este proceso, así como el interés de la Contratante, se solicita ampliar la fecha por lo menos otras 2 (dos) semanas para recibir las propuestas, a fin de que haya tiempo suficiente para que el licitador elabore la propuesta con la más exacta adecuación a las especificidades de este contrato, y para el correcto dimensionamiento de esta, así como la conclusión de los procedimientos administrativos internos.

RESPUESTA

Solicitud rechazada. ITAIPU considera que el período entre la publicación y la realización del evento es suficiente para que el postor prepare la propuesta.

PREGUNTA 33.

“El punto 1.3.1. expresa cuanto sigue: Podrán participar de esta licitación, exclusivamente empresas asociadas en consorcio binacional, legalmente establecidas en el Brasil y en el Paraguay (ver ítem 2.13 de este PBC), cuyo ramo de negocio, definido en sus actos constitutivos, fuere pertinente al objeto de esta licitación y siempre que atiendan íntegramente todos los

que a empresa líder do consórcio detenha:

a) cadastro atualizado no Cadastro de Fornecedores da ITAIPU; e

b) credenciamento no Portal de Compras Eletrônicas da ITAIPU (ver item 2.14 deste CBC).

Em relação a este ponto, a consulta no seguinte: O Consórcio é constituído sob a regulamentação local paraguaia? Qual é o valor que seria usado para se cadastrar no Brasil?, entendendo que no Brasil não é permitida a figura do consórcio de empresas de serviços profissionais. Em caso de ganhar a fatura, o Consórcio ou a empresa líder do projeto deve emitir?

RESPOSTA

O consórcio é constituído mediante instrumento firmado entre as empresas a serem consorciadas, no qual devem constar as informações exigidas em 1.3.1 e 1.3.2 e demais referências do CBC. Não será necessário registro na junta comercial (BR).

Quanto ao faturamento, será realizado para cada consorciada separadamente. Para consorciada paraguaia, o faturamento será em Guaraní e para consorciada brasileira, o faturamento será em real, conforme cláusula 12 da Minuta de Contrato.

II) Em conformidade com o disposto no subitem 2.6.2 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão Eletrônico Binacional AF 0012-23, a ITAIPU:

a) altera a redação da Cláusula 7ª, incisos VI e VII da Minuta de Contrato - Anexo IV.

b) disponibiliza em anexo a este aditamento a versão atualizada da Minuta de Contrato - Anexo IV, com as alterações promovidas na cor azul.

III) Permanecem inalteradas as demais condições contidas no CBC do Pregão Eletrônico Binacional AF 0012-23.

requisitos estabelecidos em este PBC y sus anexos y que la empresa líder del consorcio tenga:

a) catastro actualizado en el Catastro de Proveedores de la ITAIPU; y

b) acreditación por el Portal de Compras Electrónicas de la ITAIPU (ver ítem 2.14 de este PBC).

Con relación a este punto la consulta en la siguiente: ¿El Consorcio se constituye bajo normas locales paraguayas? ¿Cuál es la figura que se utilizaría de inscribirse en Brasil ?, entendiendo que en Brasil no está permitida la figura del consorcio de empresas de servicios profesionales. ¿En caso de ganar la factura debe emitir el Consorcio o la firma líder del proyecto?"

RESPUESTA

El consorcio se constituye mediante un instrumento contractual suscrito entre las empresas a consorciarse, en el que deben consignarse, entre otros, las informaciones requeridas en los numerales 1.3.1, 1.3.2 y demás concordantes del PBC. No se requiere registro en el Board of Trade (BR).

En cuanto a la facturación, será realizada para cada integrante del consorcio separadamente. Para el integrante paraguayo, la facturación será en Guaraní y para el integrante brasileiro, la facturación será en real, conforme cláusula 12 de la Minuta de Contrato.

II) De conformidad a lo dispuesto en el sub ítem 2.6.2 del Pliego de Bases y Condiciones de la Subasta (PBC) a la Baja Electrónica Binacional AF 0012-23, la ITAIPU:

a) altera la redacción de la Cláusula 7ª, incisos VI y VII de la Minuta de Contrato - Anexo IV.

b) anexa a este aditivo la versión actualizada de la Minuta de Contrato - Anexo IV, con las alteraciones destacadas en el color azul.

III) Permanecen inalteradas las demás condiciones contenidas en el PBC a la Baja Electrónica Binacional AF 0012-23.

Elaboração: Divisão de Suporte Técnico
Data de emissão: 24.02.23

Elaboración: División de Apoyo Técnico
Fecha de emisión: 24.02.23